

conferência nacional de administração pública

Esta Seção da Revista publica, neste número, as recomendações e conclusões, assim como uma parte dos documentos apresentados à III Conferência Nacional de Administração Pública, realizada na Escola Brasileira de Administração Pública, de 26 a 28 de julho do corrente ano.

CONCLUSÕES E SUGESTÕES FINAIS

I — Alternativas e enfoques.

1. Ao ensino da Administração não se pode, nem se deve, aplicar solução única ou nacional, pois tal ensino deve voltar-se ao atendimento de necessidades locais ou regionais, além das nacionais.

2. Quatro alternativas continuam a ser aceitáveis no ensino superior específico de Administração:

a) — ensino específico de Administração Pública completamente isolado do ensino específico de Administração de Empresas e vice-versa;

b) — ensino específico de Administração de Empresas em Escolas de Administração Pública ou vice-versa;

c) — ensino conjugado de Administração Pública e de Empresas, com currículo comum nos dois primeiros anos e dois programas distintos nos últimos anos; e

d) — currículo integrado de Administração durante todo o curso.

3. Os congressistas, em vários casos, consideram, porém, que o currículo integrado constitui alternativa mais vantajosa, pois a integração promove a formação de generalistas em Administração, facilmente ajustáveis a qualquer área ou região.

4. Em nível de formação, deve ser dada ênfase à criação de atitude em relação à profissão e ao ensino da cultura geral peculiar a ela e, assim, à formação de generalistas em Administração. Nada impede, ainda, que se atenda a desejos de início de especialização, através de cadeiras ou disciplinas eletivas.

5. Os programas de pós-graduação ou de treinamento de servidores são especificamente destinados à especialização e aperfeiçoamento de profissionais.

II — O papel das Escolas de Administração no Treinamento de Pessoal.

1. Os programas de treinamento devem caracterizar-se por alto grau de **descentralização**, de maneira a permitir o atendimento de necessidades locais e treinamento em diversos locais de trabalho;

2. os programas de treinamento devem caracterizar-se por alto grau de **especificidade**, de maneira que seu planejamento e execução achem-se voltados à solução de problemas específicos;

3. os programas de treinamento devem caracterizar-se por alto grau de **flexibilidade** para atender a necessidades específicas e locais;

4. os programas de treinamento devem ter efeito **multiplicador**, procurando, para isso, dar ênfase ao treinamento para treinadores;

5. sem pôr de lado o treinamento de pessoal de nível, médio, os programas de treinamento devem, principalmente,

voltar-se aos dirigentes de alto nível, para assegurar, quando possível, seu efeito multiplicador;

6. os programas de treinamento devem enfatizar a motivação necessária para o trato com as coisas públicas;

7. as autoridades governamentais devem adotar medidas no sentido de consignarem nos orçamentos respectivos dotações orçamentárias específicas para o desenvolvimento de projetos de treinamento de dirigentes, assessôres e chefes.

III — O papel do aluno e do ex-aluno no aperfeiçoamento do ensino da Administração.

1. Cabe ao aluno e ao ex-aluno desempenhar importante papel no aperfeiçoamento do ensino da Administração através de estrutura adequada de comunicações entre a Escola, o aluno e o ex-aluno;

2. a participação do aluno no aperfeiçoamento do ensino da Administração deve e pode assumir várias modalidades das quais deve-se ressaltar sua participação no processo de avaliação do ensino através, principalmente, de preenchimento de questionários de avaliação de cursos e professores;

3. é desejável que o ex-aluno, visando ao aperfeiçoamento do ensino de Administração, diligencie no sentido de:

a) — fornecer informações, subsídios e outros dados necessários à adequação do ensino de Administração à realidade brasileira;

b) — promover e realizar conferências e visitas;

c) — obter estágios para estudantes de Administração;

d) — elaborar e fornecer casos para a utilização como material didático;

e) — participar intensamente no recrutamento de alunos para as Escolas de Administração; e

f) — constituir a fonte natural para o recrutamento de professores de Administração.

IV — As Escolas de Administração e a implantação das reformas administrativas.

1. Cabe às Escolas de Administração papel decisivo no processo de reformas administrativas no país, nos níveis nacional, estadual e municipal.

2. A participação das Escolas de Administração pode e deve efetivar-se através de iniciativas de longo alcance ou de iniciativas de alcance imediato.

3. Dentre as iniciativas de longo alcance, destacam-se:

a) a contribuição de caráter geral na preparação de técnicos de administração;

b) elaboração de literatura nacional sobre tópicos inerentes à reforma administrativa.

4. Dentre as iniciativas de alcance imediato, destacam-se:

a) a atividade de aperfeiçoamento e treinamento de pessoal especializado para reformas específicas; e

b) sem prejuízo do **ensino**, a participação das escolas em programas específicos de assistência técnica, conducentes a reformas parciais ou locais.

5. A atuação das escolas de Administração nos processos de reforma administrativa não se deve limitar à fase de diagnose e projeção mas se deve estender com igual intensidade à concepção e, na medida do conveniente e possível, à execução da estratégia de implantação das reformas. Isto se aplica sobretudo, no momento, à reforma administrativa federal.

6. Dentre os pontos críticos a serem considerados na concepção das estratégias de implantação das reformas, parecem realçar:

a) a identificação da estrutura atual e, na medida do possível, da estrutura potencial de liderança do serviço público, tendo em vista: 1) o alargamento e a qualificação do grupo responsável pela reforma, cooptando para a idéia e a ação reformista camadas decisivas de chefias e assessorias; e 2) a concentração de recursos e esforços em pontos de real poder gerador de mudanças; e

b) a definição do conteúdo dos programas de treinamento, tendo em vista um equilíbrio entre os aspectos meramente cognitivos ou instrumentais e os valorativos ou atitudinais.

7. Sugere-se às autoridades governamentais adotarem medidas no sentido de estabelecer um Convênio entre entidades devotadas ao ensino de Administração e o Centro de Aperfeiçoamento, órgão previsto na Reforma Administrativa e vinculado ao DASP, com o objetivo de estabelecer um programa de treinamento com vistas ao papel que os ocupantes dos cargos de direção superior e de assessoramento superior da Administração civil têm a desempenhar na Reforma Administrativa.

V — Pesquisa nas Escolas de Administração.

Recomenda-se às Escolas de Administração a elaboração de programas de pesquisa, objetivando:

1. desenvolver nos professores e alunos a capacidade de pesquisas;
2. levantar dados básicos destinados ao ensino como instrumento de análise científica da realidade administrativa;
3. produzir material didático em Administração, calcado no conhecimento aprofundado da problemática administrativa nacional ou regional;
4. proporcionar um intercâmbio de informações científicas entre as Escolas de Administração e entre estas e as entidades afins.

Comissão Executiva

Em 28 de julho de 1967